

# Demissão sem motivo pode ter multa de 40% do FGTS

## Acordo não deixou ninguém satisfeito

Brasília — Fotos de Luciano Andrade

BRASÍLIA — A Constituinte aprovou, contra os votos da esquerda e da direita, a “relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos da lei complementar que preverá indenização compensatória dentre outros direitos”. Enquanto uma lei complementar não especificar a indenização compensatória, o acordo entre o *Centrão* e a liderança do PMDB vai determinar que nas disposições transitórias da Constituição conste a indenização de mais 40% sobre o total do Fundo de Garantia do trabalhador despedido. Hoje, a indenização é de apenas 10%.

A emenda foi aprovada por 373 votos contra 151 mais quatro abstenções. A esquerda foi contra porque acha que a fórmula aprovada na Comissão de Sistematização foi derrubada, dando lugar à indenização compensatória. Já a direita alegou o contrário: segundo ela, a estabilidade foi mantida.

A sessão foi tensa e com acusações mútuas, e somente para votar o item relacionado à relação de emprego foram necessárias duas horas. E a fusão de 22 propostas diferentes. O alvo maior das críticas foi o líder do PMDB, Mário Covas, acusado de traí-lo pelo deputado Domingos Leonelli, de fazer inscrição para encaminhar todas as votações tirando oportunidade dos demais parlamentares pelo líder do PDT, Brandão Monteiro, e receber privilégios da Mesa quando usava a tribuna, por Luiz Ignácio da Silva, o Lula.

Para ser possível a votação do capítulo II, sobre os Direitos Sociais, primeiro foi aprovada a emenda do *Centrão*, que contava com 191 assinaturas e recebeu 339 votos contra 163 e 10 abstenções. A esquerda votou contra, enquanto a liderança do PMDB pediu votos a favor da proposta do *Centrão* para que fosse possível votar o acordo, como justificou o líder Mário Covas.

**Precedente** — Logo após, a emenda começou a ser descaracterizada, e o primeiro item, o enunciado do que é direito dos trabalhadores, foi substituído pelo texto da Comissão de Sistematização depois de um rápido acordo no plenário entre os principais líderes do *Centrão* e o líder Mário Covas. A proposta do grupo excluía os trabalhadores rurais do texto constitucional. A Sistematização iguala trabalhadores urbanos e rurais.

Quando seria votado o texto do acordo que substituiu a proposta do *Centrão* na questão da estabilidade, várias questões de ordem foram levantadas pela esquerda na tentativa de atrasar a votação. O deputado José Genoíno (PT-SP), com base no regimento, pediu para votar duas propostas suas que, se aprovadas, modificariam o texto do *Centrão*. A emenda desse grupo previa estabilidade no emprego após 12 meses mediante garantia de indenização correspondente a um mês de salário por ano de serviço prestado nos casos de demissão sem justa causa.

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, não acatou o pedido de Genoíno e foi acusado pelo líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, de estar abrindo um precedente perigoso: “Com esta decisão, podemos perdoar os pianistas”, disse, referindo-se ao episódio da votação do deputado Sarney Filho, que não estava em plenário e teve seu voto computado há 20 dias.

### PFL e Sarney não se entendem sobre sucessão

BRASÍLIA — Não deu em nada o encontro do presidente José Sarney com os representantes do comando da PFL, os senadores Marco Maciel (PE), Jorge Bornhausen (SC) e Guilherme Palmeira (AL). Afastados de Sarney desde o rompimento da aliança entre pefelistas e o PMDB em setembro passado, os senadores passaram a defender mandato de quatro anos na Constituinte e a pressionar o ministro Aureliano Chaves a largar o governo para ser candidato à sucessão de Sarney. Na noite de segunda-feira os três foram ao Palácio da Alvorada para jantar, a convite de Sarney.

A recomposição com Sarney, contudo, não ocorreu, revelou um deles, afirmando que o trio deixou o Palácio da Alvorada sem qualquer esperança de que o atual governo promova fatos que o levem a conquistar apoio dos políticos ou a confiança da nação. Um deles contou que Sarney emitiu claros sinais de que não tem sequer um candidato à sua sucessão. “Ele está perdido”, comentou o informante.

Os senadores devem continuar articulando a sucessão do presidente a sua revelia. Até o início da semana que vem deverão conversar com o empresário Antônio Ermírio de Moraes, nome alternativo ao de Aureliano Chaves. Um deles garante que a intenção do grupo é afastar a hipótese de apoiar apenas dois nomes no primeiro turno da disputa presidencial: Ulysses Guimarães e Leonel Brizola. Também estão certos de que a eleição será este ano, ou seja, que Sarney terá mandato de quatro anos. “Nada vai mudar enquanto Sarney insistir em manter no governo pessoas que só fazem traição a ele”, lamentou um dos senadores.

## O que muda na hora da demissão

**S**e a Constituinte mantiver na votação das disposições transitórias o acordo que permitiu a aprovação da relação de emprego contra despedidas arbitrárias ou sem justa causa, os trabalhadores desempregados passam a gozar de uma situação um pouco melhor que a atual. Hoje, ao serem despedidos sem justa causa, eles recebem o aviso prévio, o fundo de garantia e, sobre este, uma multa de 10% desembolsada pelo empregador.

Nos termos do acordo, passam a receber, em vez de 10%, mais 40% sobre o FGTS. O empregado que, por exemplo, tenha recolhido Cz\$ 800 mil para o FGTS, ao ser despedido, recebe, além desse dinheiro, mais Cz\$ 320 mil da empresa. “Isso é muita coisa. Não há empresa que despeça agora um empregado, sem antes pensar duas vezes na enorme multa que vai pagar”, diz o deputado Afif Domingos (PL-SP).

Mas o que a Constituinte aprovou foi apenas a proteção do emprego contra “despedida arbitrária ou sem justa causa”, remetendo o detalhamento para a lei ordinária, a qual

preverá no futuro uma indenização compensatória, além de outros direitos, para o desempregado. Até que essa lei seja votada, a disposição transitória da Constituição só poderá garantir os 40% de multa sobre o FGTS.

Exatamente porque a Constituição não explica o que se enquadra como despedida arbitrária ou sem justa causa, os juizes trabalhistas aplicarão, até a aprovação da lei ordinária, as normas internacionais de Direito Trabalhista, quando se virem diante de conflitos referentes a esse assunto. O empregador que, por exemplo, demitir um empregado qualificado sob a alegação de que precisou automatizar sua empresa e o substituiu por uma máquina, será responsabilizado por uma despedida sem justa causa. É que, de acordo com a OIT (Organização Internacional do Trabalho), nesse caso o empregador deve habilitar o empregado para desempenhar outras funções.

Quanto à identificação da despedida arbitrária, os juizes trabalhistas terão que operar sobretudo com o bom-senso e a jurisprudência. O empregado que alegar na Justiça que foi despedido por perseguição devido a caprichos do patrão terá que apresentar ao juiz indícios convincentes de sua alegação. Pela proposta das esquerdas, a Constituição garantiria a nulidade dessa demissão. Pelo texto aprovado, o demitido é indenizado, além de beneficiário de outros direitos ainda não explicitados.

## Cartaz terá foto de Covas

“Covas vai para o cartaz”, anunciou o presidente da Central Única dos Trabalhadores, Jair Meneguelli, meia hora depois de o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, ter fechado o acordo da estabilidade no emprego com o *Centrão*. Meneguelli estava em Brasília, foi chamado às pressas ao Congresso pelo PT e no começo da tarde já tinha nas mãos o *lay-out* do cartaz que a CUT distribuirá em todo o país, a partir desta semana, com as fotos dos constituintes que votaram a proposta do acordo, com a frase: “Eles se elegeram com seu voto e estão votando contra você”. A foto de Covas abrirá a série distribuída em São Paulo.

Até ontem, os cartazes eram a única forma de reação imaginada pela CUT, que, com os partidos de esquerda — PT, PDT, PCB, PC do B, PSB e MUP —, ainda tentou inutilmente fazer um manifesto de denúncia do acordo. A CUT teve de se contentar com uma nota de protesto própria, porque o presidente da CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores), Joaquim dos Santos Andrade, se recusou a assinar, embora preferisse a proposta da esquerda, que previa a reintegração do empregado demitido sem justa causa.

“Sou suplente de Covas e não quero assinar nada que contribua para a desagregação do PMDB”, justificou Joaquim para Meneguelli. Joaquim foi candidato a senador pelo PMDB paulista em 86 e ficou como segundo suplente.

A esquerda, além de protestar em



Covas: o acordo possível

plenário, decidiu fazer, a partir de agora, um trabalho junto aos sindicatos “para desnudar este acordo e deixar claro que a estabilidade foi sepultada”, afirmou o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ). O presidente da CUT disse que os sindicatos filiados à Central que preside vão continuar a lutar pela estabilidade. “Eu já tinha deixado claro que se o que fosse aprovado não atendesse aos interesses dos trabalhadores, nós rasgaríamos a nova Constituição em praça pública”, explicou.

## Tasso apóia plano de emergência de Almino

Recife - Fátima Batista

RECIFE — O vice-governador de São Paulo, Almino Afonso, disse que os governadores Orestes Quércia, Henrique Santillo e Tasso Jereissati concordam com a necessidade de um plano de emergência para o país enfrentar a crise em que vive, a ser posto em prática de agora até a posse do novo presidente da República. Ele negou que esteja em campanha pelos quatro anos de mandato para o presidente Sarney. Almino, que esteve à noite em Recife com o governador Miguel Arraes, acha que as eleições para presidente da República devam ser realizadas “ontem”. Como porém o pleito não pode ser antes de novembro, o país precisa de um plano de emergência para que “fique imune a golpes ou tentativas de golpe por causa do agravamento da crise econômica e social”.

Ele almoçou em Fortaleza com Jereissati e programou um jantar, ontem, com o governador Waldir Pires, da Bahia. Defendeu a participação do presidente Sarney nas discussões do plano de emergência.

“O presidente deve ser tomado em conta nas articulações, até porque é ele quem vai executar o que for proposto”, disse. Sua preocupação, acrescentou, é em relação ao agravamento da crise: “A inflação está à beira da explosão, os empresários não querem mais investir e, num quadro desse tipo, podem ocorrer revoltas, provocando retrocessos”.

**Articulação** — Ele diz que neste momento é essencial a unidade do



Almino (D) abraça Arraes

PMDB, “o único partido no país capaz de desempenhar um papel de articulação política e social, e a sua ruptura eventual diminuiria a capacidade de apoio às instituições democráticas”. Sua idéia, desenvolvida em um documento de trinta páginas que está sendo mostrado aos governadores, é a de que o PMDB deve tomar a frente da articulação do plano de emergência.

Hoje Almino tem encontros com os governadores Max Mauro, do Espírito Santo, e Moreira Franco, do Rio de Janeiro. Visitará em seguida os governadores do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás.

## Baixo quórum prejudica boas emendas

— Acho que não vai dar. Com esse número de constituintes aí reunido no plenário, você vai ver que não vai dar — desabafou, aflito, o deputado Carlos Alberto Caó (PDT-RJ), a poucos metros da tribuna da Câmara, no final da tarde da última segunda-feira. Da tribuna, dali a instantes, ele se empenharia em defender sua emenda aditiva ao artigo sexto do projeto de Constituição tornando “crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis e militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático”.

A emenda foi aprovada por um voto a mais além dos 280 necessários para que qualquer coisa conste da futura Constituição. “Passou pelo

### Crime sem solução (I)

É pouco provável que se determine oficialmente a identidade do parlamentar que fraudou duas vezes o voto do deputado José Sarney Filho no último dia 9. A comissão que investiga o crime já sabe o nome dos deputados que, nas duas ocasiões, votaram sentados ao redor do fraudador mas ainda não decidiu se irá interrogá-los ou não. “Vocês acham que existem delatores entre nós, capazes de dedurar um colega?” — provoca o deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), um dos membros da comissão. A sorte do criminoso dependerá do exame de filmes e fotografias da sessão da Constituinte do dia 9.

### Candidatíssimo

O deputado Roberto D’Ávila (PDT-RJ) aproveitou o intervalo de votação de uma das sessões da Constituinte para aproximar-se do deputado Ulysses Guimarães e provocar: “E, dr. Ulysses, o negócio da sucessão vai ser mesmo decidido entre o senhor e o Brizola”. Ulysses retrucou: “Não senhor, isso tem um jeito. Vamos fazer uma coligação”. D’Ávila avançou: “E o segundo turno da eleição?” Ulysses respondeu-se, afinal: “É, você tem razão. Não tem jeito mesmo”. O presidente José Sarney anda espalhando que Brizola derrotará Ulysses no segundo turno.

pau do canto”, brincou mais tarde o deputado Fernando Lyra (PMDB-PE), que acompanhou a aflição do seu colega de Assembléia. A do deputado do PDT carioca foi a única emenda aprovada naquele dia por uma Constituinte que só conseguiu atrair a participação de 430 dos 559 deputados e senadores que a integram.

— Muita coisa boa deixou e ainda vai deixar de entrar na nova Constituição por causa da pouca afiliação dos parlamentares às sessões da Assembléia — observa o ex-deputado João Gilberto, candidato do PMDB gaúcho à Prefeitura de Santa Maria.

A Constituinte só pode votar qualquer coisa quando junta em plenário o mínimo de 280 parlamentares. No último domingo, juntou 300 e o deputado Ulysses Guimarães comemorou, eufórico, a obtenção do quórum para a retomada da votação do projeto de Constituição. Só que o quórum tão baixo como o registrado no domingo e na segunda-feira inviabiliza, na prática, a aprovação de qualquer coisa. Os constituintes costumam votar divididos, o que é natural, e torna-se assim difícil compor a maioria de 280 votos para assegurar a

### Crime sem solução (II)

Estranho sistema de valores esse, que leva o deputado Inocêncio Oliveira a taxar de delatores os parlamentares que, podendo contribuir para esclarecer o crime praticado no seu próprio meio, se dispõem a fazê-lo. Exige-se do cidadão comum o respeito à lei e o zelo por seu cumprimento. Do legislador, a vingar o que pensa o deputado, exige-se, apenas, que faça a lei e, eventualmente, que a cumpra. Testemunha de um crime, o parlamentar estaria dispensado da obrigação de ajudar a esclarecê-lo. Só que o código de Oliveira é, de fato, o que prevalece no Legislativo.

aprovação de emendas e artigos do projeto.

O baixo quórum impediu, por exemplo, a aprovação da importante emenda do deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG) que acabava com o sigilo em torno de qualquer documento 30 anos depois de sua produção. A emenda conseguiu 255 votos a favor contra pouco menos de 180. É provável que tivesse sido aprovada se, pelo menos, 500 ou 520 constituintes tivessem comparecido à sessão. Ocorreu o mesmo com a emenda do deputado Alvaro Valle (PL-RJ) que generalizava o direito à retirada de órgãos do corpo humano para transplantes, salvo expressa proibição deixada pelo morto.

A emenda de Valle teve mais votos favoráveis que contrários, e só por uma estreita margem de diferença não alcançou a exigência dos 280. No início de fevereiro, por míseros 15 votos que lhe faltaram, deixou de ser aprovada a emenda da deputada Benedita da Silva (PT-RJ) que obrigava o Brasil a cortar relações diplomáticas e comerciais com países que praticam, oficialmente, a segregação racial. Será curioso, no futuro, cotejar-se a Constituição aprovada com a Constituição que poderia ter sido mas que não foi, pela ausência de uma maioria maior.

### Para salvar Sarney

Pode gerar a idéia do deputado Luís Inácio Lula da Silva (PT-SP) de reunir os presidentes de todos os partidos para um ato em favor da Constituinte, ameaçada pelos que desejam desestabilizá-la. Em compensação, pode dar certo outra idéia do próprio Lula, já compatibilizada por lideranças de peso de quase todos os partidos — a de reduzir ao mínimo as críticas dos parlamentares ao governo. “Do jeito que as coisas vão, ou damos uma ajuda ao Sarney ou seu governo não chega ao fim do ano”, imagina o senador Fernando Henrique Cardoso, um dos que compraram a idéia de Lula.

### PINGA-FOGO

- Regrediu o câncer que abalou, seriamente, o estado de saúde da deputada Cristina Tavares (PMDB-PE). Assim o indicaram exames recém-concluídos em Houston, onde ela ainda se encontra.
- O deputado Manoel Moreira (PMDB-SP) — que consegue a proeza de ser ao mesmo tempo ligado a Ulysses Guimarães e a Orestes Quércia — adiou o discurso que faria nesta semana anunciando sua adesão ao mandato de quatro anos para Sarney. “Vou esperar que baixe a poeira levantada nos últimos dias”, justificou-se.

- Nas contas da deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) e do senador José Richa (PMDB-PR), o parlamentarismo já reúne 241 votos, contra 191 favoráveis ao presidencialismo. Os demais votos ainda estariam indefinidos.
- Regularmente, o deputado Ulysses Guimarães está sendo informado sobre os preparativos coordenados pela Ordem dos Advogados do Brasil para a manifestação nacional do próximo dia 4 em favor das diretas em novembro.

Ricardo Noblat